



E não merecerá a Athenas Brasileira um “Bolo de Noiva”? Um prédio para a Biblioteca Pública do Maranhão.

And doesn't the Brazilian Athenas will deserve a "Wedding Cake"? A building for the Public Library of Maranhão

¿Y no se merece la Atenas brasileña una “Tarta de Bodas”? Un edificio para la Biblioteca Pública de Maranhão.

Cesar Augusto Castro
Universidade Federal do Maranhão (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0001-7650-895X>
<http://lattes.cnpq.br/2060977814636465>
cesar.castro@ufma.br

Luciana Nathalia Morais Furtado
Universidade Federal do Maranhão (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0002-1874-9832>
<http://lattes.cnpq.br/0094306459208639>
lucianafurtado10@gmail.com

Samuel Luis Velázquez Castellanos
Universidade Federal do Maranhão (Brasil)
<https://orcid.org/0000-0003-0849-348X>
<http://lattes.cnpq.br/5639830901440817>
samuel.velazquez@ufma.br

Resumo

Tratamos neste artigo da trajetória da Biblioteca Pública no Maranhão com destaque para as reivindicações para a construção de um prédio definitivo para alojar o seu acervo e atender seus leitores. Em princípio, tratamos de situar a Biblioteca no período imperial, depois, abordamos os debates estabelecidos na República e, em seguida, a construção da sua edificação permanente. Para tanto, utilizamos fontes documentais diversas com destaque para os relatórios dos seus diretores, analisados a partir da História Cultural. Concluímos que a construção do prédio da instituição se constituiu em um movimento que tem a sua gênese na sua criação e se encerra na década de 1950, quando é edificado e entregue à sociedade maranhense o prédio que a biblioteca desde então ocupa em São Luís.

Palavras-chave: História da Biblioteca. Biblioteca do Maranhão. Edifício da Biblioteca.

Abstract

We deal in this article with the trajectory of the Public Library in Maranhão with emphasis on the demands for the construction of a definitive building to house its collection and serve its readers. At first, we try to situate the library in the imperial period, then, we approach the debates established in the Republic, and after that, the construction of its permanent building. To do so, we use several documental sources with emphasis on the reports of its directors analyzed from the History Culture. We conclude that the construction of the institution's building was a movement that has its genesis in its creation and ends in the 1950s, when the building that the library occupies in São Luís since then is built and delivered to society of Maranhão.

Keywords: Library History. Maranhão Library. Library Building.

Resumen

En este artículo, discutimos la trayectoria de la Biblioteca Pública en Maranhão con énfasis en las reivindicaciones para la construcción de un edificio definitivo para albergar su colección y atender sus lectores. En principio, tratamos de situar la Biblioteca en la época imperial, luego, nos acercamos a los debates establecidos en la República y, posteriormente, la construcción de su edificio permanente. Para ello, utilizamos diversas fuentes documentales con énfasis en los informes de sus directores, analizados desde la Historia de la Cultura. Concluimos que la construcción del edificio de la institución se constituyó en un movimiento que tiene su génesis en su creación y termina en la década de 1950, cuando construye y entrega a la sociedad de Maranhão el edificio que desde entonces ocupa la biblioteca en São Luís.

Palabras clave: Historia de la Biblioteca. Biblioteca de Maranhão. Edificio de la Biblioteca.

Introdução

Este trabalho insere-se no conjunto de investigações desenvolvidas pelo NEDHEL que objetivam fazer emergir práticas dos sujeitos (bibliotecários, tipógrafos, editores, autores etc.) e os espaços de sociabilidades ou de memória, como as bibliotecas e os gabinetes de leitura em diferentes temporalidades e lugares, compreendendo o período imperial aos anos 1860 da república no caso específico do Maranhão.

Para tanto, temos recorrido a um conjunto diversificado de fontes documentais a exemplo dos relatórios dos presidentes/governadores da província/estado, dos diretores das bibliotecas, dispositivos legais (leis, decretos, regulamentos etc.), catálogos e a imprensa (pedagógica e geral) que contribuem para adentrarmos nas instituições e nas práticas cotidianas dos seus agentes.

Entendemos que os prédios, os mobiliários, os catálogos e demais artefatos inseridos no interior das instituições bibliotecais¹ constituem os objetos da cultura material bibliotecária, aqui compreendidos, a partir das acepções de Julia (2001) como a cultura escolar que se adequa ao entendimento deste conceito. Representam:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens (JULIA, 2001, p.12).

A partir dos recortes teórico-metodológicos da História Cultural, centradas em De Certeau (1994), Chartier (1988) dentre outros autores que nos ajudam a pensar os lugares de memória a partir do conceito atravessado pela noção de cultura, digno de ser investigado pelos historiadores das instituições bibliotecais.

Portanto, procura compreender as ações dos bibliotecários e gestores públicos na instalação definitiva da biblioteca pública do Maranhão nos anos 1950. Em princípio, abordamos a sua criação no período imperial, e em seguida os fatos que conduziram ao processo da sua materialização física permanente.

1. Um prédio para a biblioteca

Nesta perspectiva, apresentamos os processos e os debates que contribuíram para a criação do prédio atual da Biblioteca Pública nos anos 1918 a 1951, fatores político-econômicos diretamente relacionados aos recursos financeiros de origem governamental para o seu desenvolvimento. Além disso, as medidas inovadoras dos gestores foram imprescindíveis para a solução dos impasses estruturais ocasionados pelas mudanças constantes de endereços e de pequenos reparos físicos.

A priori, identificamos as ações contributivas dos diretores a favor da instituição, já que estes participaram do processo idealizador de táticas, com o objetivo de modificar a Biblioteca

¹ Entendemos como os estudos atinentes à história das bibliotecas (mobiliário, edifício, acervo), diferindo dos aspectos bibliotecários relativos à ação dos sujeitos que atuam no interior das instituições e nos movimentos externos (sindicatos e associações, por exemplo) e, por último, os estudos biblioteconômicos relativos à profissão como ensino, mercado de trabalho etc.

Pública, sendo os principais incentivadores para a criação da lei de construção e execução desta norma. As referidas táticas podem ser entendidas como os modos de fazer, através das medidas que rompem as imposições para benefício da Biblioteca.

Os fatores marcantes na história da Biblioteca Pública do Maranhão eram as constantes mudanças de endereços na cidade de São Luís e os descasos referentes aos problemas de cunho estrutural e organizacional. Interessa-nos compreender os caminhos percorridos pela instituição colocando em evidência as desordens físicas, pois as perdas materiais foram marcantes no decorrer da sua trajetória. Apesar dessas deficiências, havia a frequência dos seus leitores à procura de conhecimento no estabelecimento.

Os ensejos para a sua criação devem-se aos fatores do período de prosperidade econômica que remonta a reorganização da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão, por meio das medidas pombalinas (MEIRELES, 1980). Essa situação favoreceu os senhores afortunados do Maranhão desde o final do século XVIII que mandavam seus filhos estudar na Europa e, ao retornarem a São Luís, enriqueciam os modos culturais da sociedade representando o progresso do seu lugar de origem.

Dessa forma, esses aspectos são relevantes no processo de surgimento da Biblioteca Pública, em 24 de setembro de 1829, através da proposta idealizada por Costa Ferreira², oficialmente aberta ao público no dia 3 de maio de 1831. A Biblioteca foi instalada em uma das salas do Convento do Carmo que consistiu num local inadequado e improvisado para a sua organização e funcionamento. Nesse período, “o cargo de diretor ficou sob o comando do Pr. Dr. Antônio Bernardo da Encarnação e Silva³, além dele, havendo dois funcionários, Alexandre de Moraes Rego, no cargo de guarda, e um servente” (SILVA, 2008, p.23) ao custo de trezentos e cinquenta mil réis.

A dependência financeira dos recursos provinciais prejudicava o funcionamento da biblioteca quando, em 1835, a instituição “entrou numa fase de involução cada vez maior, na medida em que não dispunha de recursos materiais para crescer pelo menos na proporção em que o fazia a cidade” (MORAES, 1973, p. 17). A situação de abandono trouxe problemas agravando a sua estrutura física, pois “precisava que fosse colocado um novo telhado, as paredes necessitavam de pinturas, e o local de móveis novos e de obras modernas” (PINHEIRO, 2004, p.43). As restaurações foram solicitadas por Trajano Cândido dos Reis- Diretor, em 1844, que obteve respostas negativas impedindo o seu crescimento físico e bibliográfico.

Anexada ao Liceu Maranhense na década de 1850, a Biblioteca permaneceu na situação de desamparo com o mesmo baixo financiamento que somava a irrisória quantia de “um conto e duzentos mil réis”, insuficientes para a manutenção, “acumulando as desordens provocadas nas suas dependências” (MORAES, 1973, p. 17). Esse estado persistiu quando foi transferida para o Instituto Literário Maranhense⁴, permanecendo nesse endereço até o ano de 1872, período que consideramos como uma fase de relativo “progresso bibliográfico e físico”, ao incorporar obras importantes de autores franceses, maranhense e nacionais no seu acervo. No entanto, o Instituto Literário não conseguiu manter a Biblioteca com a justificativa de que as despesas ultrapassavam o seu orçamento, entregando-a à Sociedade Onze de Agosto.

² Antônio Pedro da Costa Ferreira, o Barão de Pindaré, nasceu em Alcântara, no dia 16 de dezembro de 1778 e faleceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de julho de 1860. Seu busto está exposto na entrada da Biblioteca Pública Benedito Leite em homenagem pela idealização da criação da Biblioteca Pública Provincial em 1826. Costa Ferreira exerceu os seguintes cargos públicos: deputado geral, presidente da província do Maranhão e senador do Império, cargo que exerceu por 25 anos e em cujo exercício veio a falecer (MORAES, 1995, p. 254).

³ Literário maranhense que fez parte da primeira geração da Atenas maranhense. (SILVA, 2008, p.23)

⁴ O Instituto Literário, como a Biblioteca, ocupava o Convento do Carmo e fora criado em 25 de março de 1865, dirigido por Antonio Henrique Leal e Antonio Rego com o objetivo de realizar estudos em história, geografia, etnografia do Maranhão e expandir a instrução (CASTRO; PINHEIRO, 2006, p. 42).

A sua incorporação a uma entidade particular apresentou resultados positivos “devido ao empenho e zelo do diretor da Sociedade o Dr. Antonio de Almeida Oliveira que conseguiu amenizar os estragos causados pelas constantes mudanças de espaço físico” (SILVA, 2008, p.26). Essa Sociedade foi criada com a finalidade de oferecer aos operários maranhenses ensino noturno das primeiras letras e disciplinas que contribuíssem para o exercício das suas atividades laborais, como mecânica, aritmética, geometria, dentre outros. Inferimos que a biblioteca vinculada à iniciativa privada conseguiu realizar o seu papel principal de promotora cultural, ganhando um ambiente digno, “[...] boas condições de funcionamento, destinando espaço e equipamento para a guarda de todas as peças de seu acervo” (MORAES, 1973, p. 20). Mas, em virtude de dificuldades financeiras, a sociedade Onze de Agosto cedeu o seu prédio a fim de sanar as suas dívidas.

Em 1884, por determinação dos deputados e do presidente da província a Assembleia Legislativa Provincial que ocupava uma das salas do Convento do Carmo e celebrava suas sessões no consistório da Catedral, cedido pelos Bispos da Diocese, resolveu por falta de cômodo e espaço necessário à sua transferência para o edifício mencionado, onde continuou tendo para esse fim efetuado alguns reparos indispensáveis. A transferência da Assembleia para a Sociedade Onze de Agosto acaba desestabilizando totalmente suas atividades, principalmente o funcionamento da biblioteca pública que volta para sua primeira sede (Convento do Carmo), a qual havia sido ocupada até então, pelo poder legislativo (CASTELLANOS, 2011, p. 70-71).

De volta ao poder público⁵, recomeça sua trajetória nas salas da Igreja do Carmo permanecendo abandonada com má conservação do acervo, desordem física e organizacional contribuindo para a paralização de suas atividades.

A história da Biblioteca Pública Provincial, pela deterioração de seu acervo, pela ausência de verbas (para a restauração e para seu funcionamento) e pela inexistência de compras de novas materialidades, parecia chegar ao fim. Deixa pouco a pouco de existir, até chegar o momento de seu desaparecimento, provocado pela despreocupação geral: realidade que sugeria, para alguns, sua existência desnecessária (CASTELLANOS, 2010, p. 129).

As medidas tomadas pela Província ao deslocar a Biblioteca Pública por vários lugares de São Luís propiciaram uma instabilidade organizacional em razão das perdas materiais do seu acervo, abalo estrutural – devido às desordens provocadas pelas mudanças, falta de espaço –, ambiente insalubre, falta de condicionamento, entre outros problemas.

Com a República, em 1895 a instituição é reaberta e são criados vários dispositivos legais – projetos e leis a fim de garantir a sua estruturação. Destaca-se nesse processo as figuras de Benedito Leite⁶ e João Tolentino Guedelha Mourão⁷, políticos que apresentaram ao

⁵ Depois de falida, a Sociedade Onze de Agosto entregou a Biblioteca novamente ao poder provincial, ou seja, voltou a ser mantida pelas verbas públicas.

⁶ Bacharel em Direito pela Escola do Recife, magistrado em várias Comarcas do Maranhão, Inspetor do Tesouro, membro de duas Juntas Governativas, Congressista, Deputado Federal e Governador do Estado do Maranhão de 1906 a 1910, faleceu no dia 6 de março de 1909, não terminando seu mandato (VIVEIROS, 1960, p. 155).

⁷ Sacerdote, Doutor em Direito canônico pelo Seminário de Saint Sulpice, Secretário do Bispo do Pará (VIVEIROS, 1960, p. 155).

Congresso Legislativo medidas a favor da instituição, com a nomeação do Professor José Ribeiro do Amaral⁸ como diretor que empregou esforços voltados para a aquisição de obras, divulgação dos serviços por meio dos periódicos locais, implantação de novos projetos para a leitura, além da criação do seu regulamento em 1898. Diante das deficiências perpassadas desde a sua criação em 1829 até o início da república, o órgão público ainda tentava marcar lugar na sociedade maranhense através dos frequentadores e amantes da leitura

Devido os seus descaminhos, observamos que a solução do problema estrutural seria a construção de um local adequado ao seu funcionamento, sendo prescindível o empenho público em dispor verbas suficientes a fim de manter os serviços essenciais como limpeza do ambiente e do acervo. Entendemos, que, a partir das realizações dos diretores e dos pedidos destes, o crescimento organizacional, os projetos voltados à leitura e a aquisição de obras por compras ou doações foram fatores que objetivaram o aumento das suas atividades em prol da sociedade maranhense.

2. Em busca de um novo lugar

Ao longo da sua trajetória, a Biblioteca por uma longínqua caminhada necessitou de um espaço condizente às suas atividades. Com o objetivo em manter a organização dos livros, a frequência dos leitores e a atualização do acervo, desempenhou-se medidas que, como descrevemos, foram realizadas por seus diretores. Neste capítulo, destacamos os fatores que contribuíram com o atraso da execução da Lei nº 860, de 1918, referentes a década de vinte e trinta e que, apesar das condições físicas do prédio e de pequenas reformas, ainda pôde realizar as atividades destinadas à população ludovicense. Em decorrência desse período ser marcado por um quase esquecimento da história da instituição maranhense, utilizamos como fonte de análise os diários oficiais.

A direção da Biblioteca ficou sob responsabilidade de Raimundo Furtado da Silva que assumiu em 1923. Em decorrência dos fatores políticos e econômicos, a situação física havia sido deixada de lado, esquecida até meados de 1927, quando foi transferida para o prédio da Rua da Paz. Ressaltamos que após a criação da Lei nº 860, de 1918, que determinou a construção ou adaptação do prédio, não houve resposta positiva do Estado – descrevemos os fatores que contribuíram para o adiamento da execução da regra. Dessa forma, analisamos os construtos sócio-políticos que a envolveram, além dos fatores econômicos que contribuíram para o descaso físico.

Em meados de 1920, a Biblioteca Pública continuava no pavimento térreo do Congresso Legislativo com perdas no acervo e coleções artísticas de Arthur Azevedo. A fim de evitar a ruína completa das coleções artísticas, o Governador Godofredo Viana afirmou que: “bom seria que o estado contractasse com o Instituto de Historia e Geographia, recentemente fundado nesta capital, a organização de um museu, entregando-lhe todos os objectos” (MARANHÃO, 1926, p. 40). O intuito do Governador seria de criar no Instituto de História e Geografia o museu e para lá enviar as coleções artísticas que se encontravam na Biblioteca. A solução seria alugar um prédio a fim de abrigar o museu e as seções referentes ao Instituto de História e Geografia.

Estas coleções artísticas possuíam um valor inestimável pela sua raridade e necessitavam de cuidados físicos, porém estavam negligenciadas sob guarda da Biblioteca. Observamos que a alternativa do Governador seria válida em razão dos objetos estarem arruinados e seriam conservados quando colocados em outro ambiente. Então, a pergunta: por que não organizar a Biblioteca e preservar todas as coleções raras existentes em seu acervo?

⁸ José Ribeiro do Amaral nasceu em 3 de maio de 1853 e faleceu no dia 30 de abril de 1927. Foi professor e historiógrafo, diretor da Bibliotheca Publica do Estado; membro fundador da Academia Maranhense de Letras e seu primeiro Presidente sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (LUZ, 1954).

Enfatizamos que as bibliotecas podem prosperar numa sociedade economicamente organizada, na qual a população seja instruída com estímulo do governo para o seu desenvolvimento, entre outros critérios que se julgam importantes para que haja a estruturação dessas instituições (GOMES, 1983). Esses fatores político-econômicos no Maranhão se encontravam gravemente afetados. Isso se devia às alternâncias de governadores; às crises econômicas, advindas de empréstimos externos; aos financiamentos para serviços de água, esgoto, luz e tração elétrica, entre outros problemas de ordem social, como as enchentes dos rios Itapecuru, Mearim e Parnaíba (1924) que destruíram os campos de cultura, a via férrea, com os trilhos submersos, perdurando essa crise até meados dos anos de 1926 (LIMA, 2010).

Com a alternância de poderes desde a instauração da república, que implantou um sistema às avessas no período de 1926 a 1930, notamos que o governador Magalhães de Almeida possuía características autoritárias apresentando um partidarismo ruinoso para o povo (LIMA, 2010). Em seu governo, adotou a contingência de gastos devido à crise financeira e, apesar do seu estilo imperioso, visitou a Biblioteca em agosto de 1927 observando as deficiências físicas pela qual passava e, por isso, tomou providências ordenando a transferência do prédio do Congresso Legislativo para a Rua da Paz, colocando Alfredo de Assis Castro na direção.

Em 1927 sob a direção de Alfredo de Assis Castro – intelectual maranhense de grande prestígio – a Biblioteca deixou o pavimento térreo do Congresso Legislativo e foi transferida para o prédio da Rua da Paz [AML], após essa mudança a Biblioteca passou a ser mais frequentada, pois ficava próxima a duas escolas. Para uma melhor acomodação da mesma, foram solicitados alguns reparos nas estruturas internas do prédio. Assis Castro destacou o estado lamentável de abandono em que se achavam os livros e demais objetos (SILVA, 2008, p. 67).

Os reparos internos solicitados foram concedidos em meados de 1928 através do pedido de Assis Castro em virtude do procedimento da limpeza do edifício e livros (DIÁRIO OFICIAL, 1928). Quanto à organização das obras, um inventário do acervo seria necessário em razão de possuir mais livros do que os contidos no catálogo (FERNANDES, 2003), com a classificação desenvolvida por Melvil Dewey⁹. Essas medidas ampliaram a frequência infantil, devido à organização realizada no acervocom maior precisão na consulta dos livros que “tornou-se um centro de leitura e consultas na Rua da Paz, com reparos físicos à sua estrutura” (DIÁRIO OFICIAL, 1929).

Em relação às transferências da Biblioteca, destacam-se inúmeras perdas materiais, como objetos da Numismática, 4 medalhas e 129 moedas (6 de prata e 123 de cobre), objetos que faziam parte da coleção numismática que a instituição possuía por completa. Apesar dessas perdas, o diretor viabilizou meios de organização da Biblioteca, pondo em prática o desígnio a ele solicitado de engrandecer o órgão. Nesse sentido, comemorou o primeiro centenário da Biblioteca Pública do Maranhão em 1929, quando organizou uma solenidade recordando os períodos áureos, bem como descreveu a sua história desde a criação em 29 de setembro de 1829.

⁹A Classificação Decimal de Dewey (CDD ou DDC na sigla em inglês, também conhecida como Sistema Decimal de Dewey) é um sistema de classificação documentária desenvolvido por Melvil Dewey (1851–1931) em 1876 e desde então enormemente modificado e expandido ao longo de vinte e duas grandes revisões. (www.wikipedia.com, 2012).

O referido diretor organizou a solenidade na Biblioteca Pública com a intenção de relembrar a sua importância durante todos os anos de existência. Nesse mesmo ano, houve aquisições e doações de livros, ressaltando que a frequência vinha aumentando pelas vantagens organizacionais do acervo, promovidas por Assis Castro, em razão da consulta e quantidade de obras existentes na biblioteca.

BIBLIOTHECA PÚBLICA

Transcorreu em 24 de setembro o primeiro centenário da fundação da nossa Bibliotheca. O seu illustrado director Dr. Alfredo de Assis Castro tomou a iniciativa de solenizar o evento com uma sessão especial, realizada naquele dia, e na qual leu um estudo completo sobre a vida do importante estabelecimento, que é uma tradição gloriosa da nossa terra. A livraria foi augmentada com alguns livros comprados pela verba respectiva e com varias doações, entre as quaes merecem destaque 185 volumes de obras de jurisprudencia remetidos pelo Prefeito Municipal de Tury-assú, e que pertenceram ao ex-governador Luiz Domingues, bem assim com uma collecção da legislação ferroviaria do Brasil, de 1871 a 1919, offerecia pelo director da Estrada de Ferro S. Luiz-Therezina, engenheiro Teixeira Brandão. Colhendo as vantagens da sua transferencia para o predio em que se acha actualmente, a Bibliotheca vai logrando maior frequencia e proporcionando ao publico facilidades na consulta e leitura dos milhares de volumes que a compõem. A frequencia, no anno passado, foi de 4.712 leitores (DIÁRIO OFICIAL, 1929).

O empenho do diretor em organizar o acervo foi ponto de destaque em sua administração, pois as obras ficavam desorganizadas entre as mudanças de prédios em virtude da quantidade de livros ser maior do que a que constava no catálogo. Mas, ao final da primeira república, Alfredo de Assis Castro deixou o cargo e em seu lugar foi nomeado Raimundo Correa de Araújo, assumindo a direção no dia 10 de março de 1930.

Em relação à posse desse diretor, em seu comunicado ao secretário-geral Demosthenes Macedo, arguia que enquanto permanecesse na diretoria da Biblioteca seria o desejo constante de cumprir íntegra e fielmente os deveres funcionais que lhe cabiam, correspondendo aos desejos manifestados pelo governador do estado, Cesar Alexandre Aboud (DIÁRIO OFICIAL, 1930), embora que “em virtude de provimento efetivo no cargo sua desinteligência como chefe do estado levou a uma administração acidentada, em que se contam licença, suspensão, indisponibilidade, relotação etc. durante esse período” (MORAES, 1973, p. 40). Em razão dos contratempos entre diretor e governo, os assuntos relacionados à instituição acabaram ficando em segundo plano e, no ano de 1931, foi provisoriamente instalada em outro sobrado de n. 107 da Rua da Paz, iniciando uma reforma, pois a estrutura externa do seu prédio ameaçava desabar, retornando em 1933 ao seu prédio reparado.

Neste período, registravam-se as dificuldades financeiras do orçamento estadual, o qual não consignava qualquer dispêndio para a aquisição de livros e manutenção de serviços indispensáveis como limpeza, desinfecção, encadernação etc. Desse modo, o diretor Correa de Araújo reclamava a “majoração dos vencimentos” dos servidores da casa, congelados desde 1920. Nesse sentido, Silva (2008) destaca que:

Conforme análise dos relatórios, julgamos que havia uma grande insatisfação dos funcionários em relação aos seus salários que estavam congelados desde 1920. A maioria dos funcionários da biblioteca assumia essa função pelo amor e compromisso com a cultura e educação

pública. Vendo a utilidade dessa instituição e ainda se sensibilizando com a falta de reajuste dos salários, o diretor Correa Araújo encaminhou um ofício ao Secretário-Geral do Estado, requerendo aumento da verba destinada ao pagamento dos funcionários da Biblioteca, esse pedido, porém, não foi atendido (SILVA, 2008, p. 69).

Estes modos de fazer podem ser entendidos como suas táticas porque entendiam que ao servir à Biblioteca evidenciavam a sua grande utilidade para a sociedade mesmo com as dificuldades salariais. Acerca disso, percebemos o empenho do diretor ao realizar o pedido de aumento aos que prestavam serviços à Biblioteca e, através das estratégias e táticas de Certeau, buscamos compreender como foram executadas as medidas que proporcionaram a funcionalidade da instituição. As medidas utilizadas no aspecto físico foram relativas à limpeza de expurgo por que passava anualmente as suas estantes e livros. Em sendo assim, o diretor Raimundo Correa de Araújo solicitou conserto e reparos na parte externa do edifício (DIÁRIO OFICIAL, 1930).

Já as suas ações concernentes ao acervo se dirigiram às aquisições e doações, sendo atividades rotineiras que ajudavam a manter a frequência dos leitores na instituição. Esses públicos, de maioria infantil, foram movidos pela quantidade de obras didáticas na Biblioteca Pública, adquiridas pelo diretor e, por se localizar bem próximo às escolas; além de abrir aos domingos, proporcionando o aumento de visitas à instituição.

Os resultados positivos no que se refere à frequência infantil foram em razão das medidas adotadas pelo diretor que afirmava que “a nossa biblioteca no intuito de auxiliar a instrução publica procurará adquirir todo livro didático que requisitarem à sua diretoria os estudantes de qualquer curso” (DIÁRIO OFICIAL, 1931), verificando também a determinação de mantê-la em funcionamento aos domingos (DIÁRIO OFICIAL, 1931) (ver tabela 2). Em contrapartida, no que diz respeito ao público feminino, este havia diminuído se comparado à época da gestão de Antônio lobo, que inovou criando a sala de leitura reservada às senhoras. Nos diários oficiais deste período, os incentivos aos estudantes foram mais evidentes através das medidas adotadas para a instrução pública.

Acreditamos que o aumento de visita à biblioteca deveu-se à aquisição de livros novos, às encadernações feitas na imprensa oficial de livros pertencentes à instituição, à obtenção de livros didáticos servindo de apoio à instrução pública, além de funcionar aos domingos, e por estar localizada próximo às escolas públicas. O crescimento de leitores demonstra os resultados positivos das medidas empregadas desse diretor contribuindo para a afirmação da Biblioteca na sociedade.

O Capitão Antônio Martins de Almeida (1935) afirmou que “visado pelo governo, consta a construção de um predio com todos os requisitos arquitetonicos, higienicos locais de obra que depende de recursos extraordinários” (MARANHÃO, 1935, p.12). Embora a frequência tenha aumentado, não percebemos melhorias efetivas em relação à sua estrutura física. As instalações inadequadas, também foram mencionadas tempos depois pelo interventor estadual Paulo Ramos (1938) “lamentável por sem duvida era a situação em que se encontrava a Biblioteca Pública, a data da minha investidura no governo do estado” (MARANHÃO, 1938, p. 4). O descumprimento da Lei nº 860, de 1918, teve como consequência as coleções danificadas e o péssimo estado de conservação do edifício. Os problemas estruturais já haviam sido recorrentes por longos períodos e as argumentações dos diretores foram pertinentes na trajetória institucional que culminaram na construção do lugar definitivo desta Biblioteca Pública.

Diante disso, o governador mandou realizar reparos no teto do pavimento em todas as instalações da Biblioteca, incluindo a restauração das estantes e a ampliação da sala de leitura. Embora a Lei nº 860, de 1918, refira-se à construção ou adaptação de prédio para a Biblioteca, nas décadas seguintes, os ajustes e reparos não surtiram o efeito desejado e as coleções eram de

quantidade superior à estrutura do prédio em que se localizava, a solução do impasse secular seria construir um espaço definitivo para o órgão.

Essa reforma foi concluída e entregue à frequência pública no dia 26 de março de 1939, passando a ter apreciáveis visitas. Nesse mesmo ano, contou com o orçamento estadual para a restauração dos volumes danificados em número excedente a cinco mil que foi realizada nas oficinas de encadernação da Imprensa Oficial.

A frequência aumentou no ano de 1940, chegando ao total de 31.188 leitores. Inferimos que isso se deu em função das ações empregadas por Correa de Araujo. Apesar disso, a evolução física da biblioteca não passou de reparos em sua estrutura, permanecendo, de forma veemente, a necessidade de construção de um edifício com todas as condições de funcionamento para a Biblioteca Pública com amplos espaços para acomodar pessoas e acervo.

Expomos os descuidos da Biblioteca Pública do Maranhão, pois o incentivo a essa instituição era disfarçado e camuflado em razão das relações de poderes empregadas pelos grupos oligárquicos a quem não interessava as melhorias funcionais. Enfatizamos que a construção do local apropriado à Biblioteca Pública era uma constante nos discursos dos seus gestores e no próximo capítulo averiguamos as figuras que diretamente impuseram a devida edificação da sua sede definitiva.

3. Um estabelecimento condigno às tradições culturais

Apresentamos a trajetória da Biblioteca Pública através do seu cotidiano no decorrer do tempo e do espaço, evidenciando os fatores que contribuíram para os avanços organizacionais e estruturais. Destarte, estes fatores colaboraram positivamente ao tão sonhado plano de construção do prédio definitivo. Ao proceder com sua história, a Biblioteca possibilitou incentivos relevantes na construção educacional e cultural do estado com seus espaços de leituras. Todavia, as deficiências ressaltadas não foram limitantes aos seus diretores que conseguiram realizar as suas medidas, às vezes modestas, mas com intencionalidades superiores, das quais adivinha a ideia de representatividade da instituição como um bem cultural necessário ao Maranhão.

Durante a década de 1940, o intercâmbio de estudantes do curso de Biblioteconomia do Rio de Janeiro trouxe metodologias novas que auxiliaram na organização da Biblioteca Pública. O órgão possuía a missão de instruir o povo em geral como extensão da Instrução Pública, fato que motivou discussões sobre a construção de um espaço destinado à sua finalidade.

Ressaltamos que o movimento bibliotecário maranhense, com a participação de Josué Montello, que coordenou os cursos da Biblioteca Nacional, ajudou os estudantes com um sistema de bolsas de estudo. Apoio do governador Saturnino Belo, que ao propor reformas de ensino na década de 1940, “[...] observou que a biblioteca não estava adequada quanto à evolução da área biblioteconômica” (BOTTENTUIT; CASTRO, 2000 p. 43), sendo necessário formar pessoas que pudessem reverter esse quadro. Com isso, dentre os maranhenses que foram ao Rio de Janeiro para fazer o curso de biblioteconomia, destacava-se Ariceia Moreira Lima, que posteriormente assumiu a direção da Biblioteca, permanecendo no cargo por quatro anos (1948-1952), período em que participou ativamente da execução da referida Lei nº 860, de 1918.

A partir daí, o fator primordial da luta dessa diretora seria reconhecer a instituição como a “grande escola”, ou seja, a contribuição do órgão para o contexto escolar, por isso, promoveu as leituras infantis, juvenis e de adultos. Esses argumentos colocaram em destaque a necessidade de construção do seu prédio próprio, como destaca a matéria publicada na imprensa local:

O problema educacional é grave e as tentativas de solução esperam alcançar êxitos. Na evolução do ensino, está provado que, é a biblioteca a primeira grande escola feita democraticamente para o

povo; vamos por de parte o conceito de vermos unicamente a biblioteca como depósito de livros. Temos urgência em transformar esta casa num laboratório ativo de inteligências. Conforme meu ofício n. 65, dirigido a vossa excelência, em 16-6-48, deixei clara a situação alarmante em que vim encontrar esta casa peço a V. Excia neste momento a construção de uma adequada casa para nossa Biblioteca Pública do Estado. Sei que opiniões opostas, aparecerão a esta medida tida para mim como urgente. [...] Pedir uma casa para esta gente, sr. Governador, não é luxo, é a mesma coisa que pedir criações de escolas, hospitais, azilos e tudo mais que temos necessidades inadiáveis (DIÁRIO POPULAR, 1951, p. 1).

A diretora argumentava a respeito dos problemas variados do povo que precisavam de soluções imediatas, tanto nos serviços essenciais como no empenho à Biblioteca, e relembrava a atuação dos gestores passados, ressaltando os clamores de tempos anteriores. Nesse sentido, o governador pronunciou-se em relação aos pedidos desta em virtude dos seus argumentos persuasivos em que alertava sobre a situação crítica da estrutura e organização da Biblioteca. Em resposta, opinou sobre a importância desse órgão, acreditando que estava diretamente atrelada à educação do povo, merecendo ser considerada nos programas de instrução, destacando-a como parte integrante do sistema (MARANHÃO, 1950).

Dessa forma, o cartógrafo, desenhista e projetista João Magalhães de Araujo foi contratado em 1941 por um ano pela Secretaria Geral do Estado para realizar o desenho da Biblioteca Pública, a ser executado pelo engenheiro Dr. Antonio Baima. O custo do valor total foi de Cr\$ 3.850.000,00, de acordo com os moldes que honravam as tradições culturais maranhenses (MARANHÃO, 1949). O início das obras aconteceu em 1949, com a estrutura de concreto armado de quatro pavimentos, colunas estilizadas em dórico e uma cúpula de largas proporções de aspecto monumental, salões para leituras de adultos e crianças separados, dependências especiais para a diretoria e seções de classificação e encadernação, pondo fim ao problema do espaço físico e promovendo a organização da instituição.

Destacamos a sua estrutura física, pois remete-nos ao desejo de reavivar a Atenas brasileira. Acerca disso, nos séculos XVIII e XIX, a cidade de São Luís ficou assim conhecida em virtude dos homens públicos, como escritores, artistas, políticos que ganharam notoriedade intelectual. Destacamos que “a Grécia antiga é considerada pelos historiadores como uma civilização de grande esplendor cultural, onde se desenvolveram a filosofia, as artes, os esportes, a tecnologia, e outras ciências” (PEREIRA, 2007, p. 64). No cenário cultural maranhense, a comparação foi vivenciada na memória dos intelectuais desejando “um ambiente que honrava as tradições literárias” (MARANHÃO, 1948), elaborado com semelhanças ao Partenon¹⁰ com suas colunas gregas de estilo coríntio¹¹, localizadas no ponto central da cidade de São Luís em razão do templo grego ser localizado no topo da cidade de Atenas. Além de possuir a ágora¹² (praça pública), encontrada em frente à instituição maranhense.

¹⁰ O Partenon, ou Partenão, foi um templo da deusa grega Atena, construído no século V a.C. na acrópole de Atenas. É o mais conhecido dos edifícios remanescentes da Grécia Antiga e foi ornado com o melhor da arquitetura grega. Suas esculturas decorativas são consideradas um dos pontos altos da arte grega (disponível em: <http://www.wikipédia.com>).

¹¹ A ordem coríntia é a mais ornamentada das três ordens arquitetônicas gregas e romanas. As colunas de ordem coríntia têm de 9 a 11 vezes a medida do diâmetro (Disponível em: <http://www.wikipédia.com>).

¹² Ágora era a praça principal na constituição da pólis, a cidade grega da Antiguidade clássica. Normalmente era um espaço livre de edificações, onde as pessoas costumavam ir, configuradas pela presença de mercados e feiras livres em seus limites, assim como por edifícios de caráter público (Disponível em: <http://www.wikipédia.com>).

Iniciada a construção, encontramos os inimigos políticos como Sebastião Archer apontando as críticas sobre a edificação do prédio por considerar um desperdício de recursos para a receita do estado devido a sua instabilidade financeira. Apesar disso, o governador acreditou no seu empreendimento e contou com o apoio de Josué Montello¹³, que realizou o plano das instalações técnicas através das teorias biblioteconômicas modernas da época, defendendo a questão protestada na Assembleia Legislativa.

No primeiro pavimento, projetei o salão de leitura, com seu serviço de referência, o vestíbulo, os catálogos, as acomodações do público e dos servidores; a seguir, no segundo pavimento, previ [um espaço para uma] Biblioteca infantil, o Museu de arte e a Biblioteca de adolescentes, convenientemente separadas por paredes de vidros e com [um] mobiliário adequado; no último pavimento, procurei aglutinar toda a obra cultural da Instituição num salão de conferências, com duzentas e quatro acomodações, e ainda um palco de doze metros, de tal sorte que [lá] seria o Teatro natural da inteligência maranhense. *Tudo isto, Senhores deputados, se projetou com equilíbrio e bom gosto, de que constituem resumo expressivo as plantas e desenhos que submeti à consideração do [Senhor] Governador do Estado.* (MORAES, 1973, p. 52, grifo nosso).

O principal argumento que naturalmente se levanta contra a instalações da Biblioteca do Estado é que se trata de uma obra suntuosa. Penso que devemos, liminarmente, repelir esse adjetivo. Não foi a suntuosidade que se buscou mas sim o bom-gosto, dentro das condições básicas de uma biblioteca moderna (MORAES, 1973, p. 55).

Quando Josué Montello defendeu a instituição na Assembleia Legislativa, questionou “por que motivo haveríamos nós, no nosso devotamento as tradições intelectuales, de erigir um templo mesquinho a cultura na Atenas brasileira?” (MORAES, 1973, p. 51), arguia sobre a grandiosidade do prédio que necessariamente não poderia ser erguido de qualquer jeito, mas mereceria a cidade de São Luís um espaço de leitura condigno às suas atividades. Inferimos que o Bolo de Noiva, como é conhecida pelos populares, não estava sendo construída somente como enfeite, pois tinha a missão de instruir à população ludovicense argumentos defendidos pela diretora Aryceia Moreira Lima e Josué Montello aos interessados em suas atividades.

Josué Montello, ao descrever sobre a estrutura física da Biblioteca em resposta aos que achavam a obra de muito gasto, termina o seu pronunciamento afirmando sobre o equilíbrio e bom gosto do que seriam os compartimentos e acomodações da instituição. O seu papel em proteger a instituição teve relevância em discussões acerca deste problema estrutural, ajudando a escolher os móveis, quando descreveu o plano das instalações técnicas para a estruturação institucional. Este maranhense era o diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e seria a pessoa indicada para elaboração do plano devido as suas experiências para o governador.

O documento das instalações técnicas consistiu em coletar os orçamentos das empresas especializadas em instalações e decoração e a habilitação do estado para pleitear o crédito

¹³ Josué de Sousa Montello (São Luís, 21 de agosto de 1917 — Rio de Janeiro, 15 de março de 2006) foi um jornalista, professor, teatrólogo e escritor brasileiro. Entre suas obras, destacam-se Os tambores de São Luís, de 1965, a trilogia composta pelas novelas Duas vezes perdida, de 1966, e Glorinha, de 1977, e pelo romance Perto da meia-noite, de 1985. Trabalhou como diretor da Biblioteca Nacional e do Serviço Nacional de Teatro,

necessário às despesas efetivas com a aparelhagem completa, segundo os moldes modernos. Ao diretor da Biblioteca Nacional cabia a cooperação de apresentar as empresas que concorreriam à prestação de serviços das mobílias. Seriam quatro firmas especializadas:

- 1º- fábrica de moveis Piratiningga s.a, de São Paulo: cr\$ 4 602000,00 (quatro milhões e seiscentos e dois mil cruzeiros);
- 2º- tapeçarias Sousa batista s.a, do Rio de Janeiro: cr\$ 4 293000,00 (quatro milhões duzentos e noventa e três mil cruzeiros)
- 3º- brasileira fornecedora escolar s.a, de Sao Paulo: cr\$ 4 221000,00 (quatro milhões duzentos e vinte e um mil cruzeiros);
- 4º- G. F. Gunther, do RIO de Janeiro: cr\$ 3 067000,00 (três milhões e sessenta sete mil cruzeiros) (MARANHÃO, 1950, p. 2).

A proposta da firma G.F Gunther, do Rio de Janeiro, convenceu o estado e foi aprovada, sendo liberado o recurso orçamentário para aquisição e mão de obra para a instalação das mobílias, definidas pelo projeto de lei a fim de ocorrer às despesas necessárias:

PROJETO DE LEI

AUTORIZA O Poder Executivo a dispender ate a quantia de cr\$ 2783000,00 (dois milhoes setecentos e oitenta e tres mil cruzeiros) com a aquisição de material e mao de obra- necessarios as instalações tecnicas e decorações do novo edificio da biblioteca pública.

art. 1º- fica o poder executivo autorizado a dispender a quantia de cr\$ 2783000,00 (dois mulhoes setecentos e oitenta e tres mil cruzeiros) para ocorrer as despesas de aquisição de material e mao de obras necessarios as instalações tecnicas e decoração- do novo edificio da biblioteca pública do estado.

art 2º- para a execução da presente lei fica aberto o credito previsto no artigo anterior, com vigencia ate 31 de dezembro de 1951.

art 3º- esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario (MARANHÃO, 1950, p. 5).

Desse modo, houve os contrários que disseram os "moveis eram ninhos de cupins" (DIÁRIO DE SÃO LUIZ, 1951, p. 1), diante disso, acobertados no anonimato, difamaram a administração governamental. A denúncia fez com que o governador Eugenio Barros nomeasse em 1951 uma comissão para apurar o fato e, como resultado positivo, a aquisição dos móveis estava em perfeita situação (DIÁRIO DE SÃO LUIZ, 1951). Concluída a construção, Archer defendeu-se apresentando que os gastos não foram pequenos, pois a obra tinha sido de grande proporção necessitando o emprego de milhões. Entretanto, apesar da despesa, fez questão de anunciar aos representantes das classes conservadoras que deixava os cofres públicos com mais de 16 milhões de cruzeiros de saldo.

O que garante, fora de dúvida o nosso equilibrio orçamentário ainda no ano em curso, pode, pois o Sr Sebastião Archer da Silva descer de cabeça erguida as escadarias do Palácio dos Leões tranquilo com a sua consequencia e certo de que, o mais cedo ou mais tarde, proclamara o seu nome como o de um dos nossos maiores administradores (JORNAL DO POVO, 1951, p.1).

Diante disso, a notícia jornalística apresentou a figura do governador enfrentando uma campanha que lhe fora movida por adversários políticos ao censurar o seu empreendimento. Mas obteve o prestígio de outro lado pelos homens de todas as classes que compreenderam a importância da obra em prol da cultura maranhense. Essas críticas sobre o erguimento do prédio, e sobre a aquisição das mobílias adequadas, foram estratégias utilizadas pelos inimigos políticos do governador Sebastião Archer, incidindo em acusações mal fundamentadas, pois a empresa que prestou os serviços técnicos obtinha respaldo no mercado:

Verifica-se pela documentação em anexo, que a firma G. F. Gunther apresentara a proposta que melhor consultava os interesses do Estado, na base global de Cr\$ 3.067.000,00 (três milhões e sessenta e sete mil cruzeiros). [...] A firma que exibia a proposta de preços mais reduzidos e que se distanciava sensivelmente das demais, apresentava como credenciais de sua idoneidade, entre dezenas de outras, as seguintes obras de vulto, de que, ultimamente, se desobrigara, após vencer, na administração federal, as respectivas concorrências públicas:

- 1) Reforma Geral da Biblioteca Nacional
- 2) Instalações das bibliotecas do:
Ministério da Educação e Saúde.
Tribunal de Contas da União.
DASP.
Departamento Nacional de Saúde.
SAPS (Rio, Niterói, Juiz de Fora).
- 3) Instalação completa do Hospital dos Servidores Públicos, no Rio de Janeiro.
- 4) Instalação de nove pavimentos do Ministério da Educação e Saúde.
- 5) Instalação do Gabinete do Presidente e dos onze Ministros do Tribunal de Contas.
- 6) Instalação do Gabinete do Presidente do DASP.
- 7) Instalação dos salões e restaurante de Oficiais da Base Aérea do Galeão.

Talvez se possa presumir, em virtude do desconhecimento pormenorizado do vulto da obra projetada, que se trata de instalação onerosa. A esse propósito, julgo de meu dever prestar ainda um esclarecimento. (MARANHÃO, 1950, p. 3).

Certo de que a firma possuía idoneidade, sendo o fator pelo qual foi escolhida. As acusações foram solucionadas quando Josué Montello defendeu o seu plano na Assembleia Legislativa. Destacamos também a contribuição da Ariceia Moreira Lima que realizou os pedidos de edificação do prédio da Biblioteca Pública. Inferimos que essas pessoas foram importantes no construto das realizações benéficas para a instituição maranhense.

As críticas somente atrasaram os planos do governador Sebastião Archer de inaugurar a sede definitiva, pois “o suntuoso prédio a 30 de janeiro, não sendo franqueado ao público em virtude da falta do mobiliário para todos os pavimentos” (A PACOTILHA; GLOBO, 1951, p. 2). Apesar dessas dificuldades, o chefe de estado solenizou a entrega do edifício com uma cerimônia no dia 31 de janeiro de 1951 com a presença de professores, políticos, estudantes e a população em geral.

Não foi possível fazer-se a inauguração com a biblioteca mobiliada, em virtude da falta de transporte no prazo, para isso necessário. Posso porém assegurar que é constituído do que pode haver de mais exigente. e o preço embora elevado, pois foi contratado por Cr \$ 2.800.000,00 pode ser considerado baixo em face da perfeição técnica (DIÁRIO DE SÃO LUIZ, 1951, p. 1).

Esta solenidade ocorreu às 21 horas com o governador cortando a fita em sinal de missão cumprida à população ludovicense, deixando a passagem ao povo que lotou as dependências num gesto de curiosidade. Em seguida, o Dr. Arimathea Athayde, diretor da Imprensa Oficial arguiu em nome da diretora Srta. Aryceia Moreira Lima sobre o trabalho realizado quanto à conservação e à catalogação dos volumes pertencentes à Biblioteca.

Num conjunto, a iluminação, a escadaria e o elevador constituem uma composição, apresentando o aspecto imponente do prédio, fato este que serviu a maiores elogios da administração do governador Archer, além dos benefícios em prestar a extensão escolar, incentivando os alunos ao estudo, bem como nos livros didáticos disponíveis (DIÁRIO DE SÃO LUIZ, 1951).

Desde janeiro, a instituição permaneceu fechada até o dia 21 de dezembro de 1951, quando foi entregue ao público às 21 horas, apesar de sua inauguração no dia 30 de janeiro de 1951. Desse modo, houve o convite para a solenidade ao Jornal do Povo, “recebemos o seguinte convite: Tenho a honra de convidar V. Exc, para assistir ao ato de abertura ao público das novas instalações da biblioteca pública do estado. Sexta-feira, 21, às 21 horas de verão” (JORNAL DO POVO, 1951, p. 1).

Estarão presentes às festividades o governador Eugenio Barros, Dr. Manoel Tavares Neves Filho, secretário de educação e saúde, diretora Aryceia Moreira Lima, secretários de Estado, deputados; magistrados, autoridades civis e eclesiásticas, militares, imprensa, rádio e o povo em geral (JORNAL O COMBATE, 1951, p. 1).

Neste dia, o mobiliário havia chegado e a biblioteca foi “franqueada ao público”, na mesma noite, aconteceu a inauguração do segundo salão de Artes Plásticas da Sociedade de Cultura Artística do Maranhão com exposição no auditório participando dezessete pintores (JORNAL DO POVO, 1951). Já no jornal “A Pacotilha- O Globo” traz no noticiário:

O belíssimo e imponente edifício construído ao centro da área situada entre as avenidas Silva Maia e Gomes de Castro especialmente para ser a sede da nossa Biblioteca estará assim, festivamente iluminado e exposto a todos os maranhenses para dar lugar a uma cerimônia da mais alta significação espiritual (A PACOTILHA- O GLOBO, 1951, p. 2).

Na cerimônia, houve o pronunciamento de Rubem Almeida, integrante da Academia Maranhense de Letras, em nome da diretora da Biblioteca que, em seu discurso, destacou a figura do ex-governador Archer da Silva em cuja administração foi construído o novo prédio. Nesse sentido, os maranhenses conheceram a obra de maior representatividade do estado em termos culturais e que proporcionou à mocidade estudiosa o ensejo de melhor aprofundar os seus conhecimentos.

Na imprensa, a inauguração soou como uma instalação que causava orgulho para o estado, sendo um espaço digno ao “leitor anônimo”, “dos estudiosos de todos os quilates”. Nesse dia, o “Bolo de Noiva” apresentou-se ao público como uma das mais formosas edificações que correspondem às nossas tradições de inteligência e cultura podendo ser mostrada com orgulho aos visitantes da cidade de São Luís.

Entendemos que o termo “Bolo de Noiva”, pode ser confundido como pejorativo ou preconceituoso em virtude das vozes contrárias à gestão de Sebastião Archer que permaneceram no anonimato, a criticando como apenas um enfeite da cidade, e que não serviria a nada, somente para dar um aspecto monumental. Ao olhar por outro lado, verificamos que a construção enalteceu os que se importavam com a cultura, a intelectualidade. De certa forma, enalteceu o aspecto importante da educação ao apoiar o sistema de ensino, servindo como base para as atividades estudantis. Sua missão foi desempenhada com a evolução para a sua estrutura definitiva.

Nessa perspectiva, após anos de solicitações, o clamor dos que prezavam por esse patrimônio cultural de São Luís foi alcançado através do empenho e da perseverança dos diretores que, ao longo da sua história, escreveram em seus relatórios a necessidade de construir ou adaptar um prédio próprio amplo e adequado para o desenvolvimento cultural do estado. O problema estrutural foi resolvido quando se ergueu a sua sede definitiva, sem deixar de lado a sua trajetória conturbada que em períodos áureos e de declínio sempre contribuíram com o seu papel social.

De fato, percebeu-se o empenho dos seus diretores, funcionários e os amantes da instituição que, por meio de apelos, projetos, atividades realizadas pela Biblioteca, obtiveram a construção do local próprio. Cada um com seu papel relevante na história do órgão que contribuiu por optar pela ajuda na concretização do sonho de vê-lo no seu ambiente, representando as tradições culturais do estado.

Conclusão

As bibliotecas públicas têm como característica prover o acesso ao conhecimento de maneira livre a todos os públicos em benefício de uma comunidade. De um lado, mantém os seus leitores ativos, auxiliando-os na construção sociocultural. Por outro lado, observamos que sofrem com a falta de incentivo governamental. No Maranhão, percebemos desde a criação da Biblioteca Pública, em meados do século XIX, como esses descasos influenciam o papel social das instituições por acreditar que esses lugares de leituras estão diretamente ligados à formação educacional de uma sociedade.

A trajetória da Biblioteca Pública do Maranhão, entre os anos de 1918 e 1951, deu-se de períodos áureos e declínios, destacados nos discursos dos diretores, jornais, relatórios e mensagens de governadores. E, ao identificarmos as condições político-econômicas, observamos que esses fatores contribuíram para o provimento de verbas insuficientes. Ressaltamos ainda as mudanças de endereços impróprios e mal conservados. Percebemos que a solução para o imediato provimento seria a construção do local adequado e o empenho público em dispor verbas suficientes a fim de manter os serviços essenciais como limpeza do ambiente e do acervo.

Inserimos as teorias de De Certeau (1994), as estratégias e táticas, no contexto da Biblioteca Pública correlacionando as táticas com os modos de fazer, isto é, a dedicação dos diretores em contribuir com o desenvolvimento organizacional, rompendo com as estratégias governamentais quando adquirem uma postura ineficiente em relação às estruturas físicas. Entendemos ainda que as realizações dos diretores e os seus pedidos foram imprescindíveis ao incentivo da Biblioteca com os projetos voltados à leitura, à aquisição de obras, por compras ou doações, com a finalidade de prover esses serviços à comunidade maranhense.

Destacamos a participação de Antônio Lobo e Domingos Perdigão que nas suas gestões souberam argumentar de forma concisa as deficiências físicas da Biblioteca e que, na presença destes, observamos o apogeu em relação aos serviços inovadores. As discussões foram perceptíveis desde os relatórios de Antônio Lobo, porém foram os argumentos incisivos sobre a construção de um prédio adequado na gestão de Domingos Perdigão, que culminaram na criação da Lei nº 860, de 1918. Vale ressaltar que, além das reclamações do diretor, também nessa época o estado vivenciou a prosperidade econômica com a primeira guerra mundial provocando o aumento da exportação de matéria-prima com destaque para o óleo de babaçu.

Após a elaboração da Lei, nada havia ocorrido, a partir daí, identificamos os elementos que influenciaram o atraso, pois somente em 1951 a sua sede definitiva foi entregue à população ludovicense. Durante o período que sucederam à Lei, sem a prevista execução, observamos algumas melhorias em sua estrutura física, porém este efeito não solucionava por completo as deficiências estruturais.

Assim que as discussões educacionais no Brasil se intensificaram, houve a necessidade em estabelecer uma Biblioteca Pública que auxiliasse na instrução maranhense, sendo estes os motivos que contribuíram para a construção de um prédio condigno. Outro motivo foram os conhecimentos apreendidos pelo ingresso de estudantes no curso de Biblioteconomia no Rio de Janeiro, trazendo ao Maranhão o moderno conhecimento, necessário para solucionar as carências da instituição maranhense. Destaca-se nesse grupo de estudantes, a bibliotecária Ariceia Moreira Lima que se tornou diretora da Biblioteca Pública do Maranhão.

A obra posta em execução incomodou aos inimigos políticos do governador Sebastião Archer, que lutaram contra a realização do empreendimento. Mas Archer apresentou os gastos despendidos com o caixa positivo ao final da sua gestão. De igual modo, outras polêmicas sobre a estruturação da Biblioteca foram descritas no decorrer da pesquisa como as acusações sobre a mobília danificada e muito discutida por ser considerada um luxo condenável. Diante das discussões, a figura de Josué Montello foi relevante a fim de defender a posição do governo do estado em discurso na Assembleia Legislativa, além de criar um projeto para a aquisição das mobílias.

Esta obra arquitetônica é caracterizada por alguns simplesmente como o “Bolo de Noiva”, de aspecto monumental, através do qual o estado empregava recursos desnecessários para a instituição. E outros, como os intelectuais, a diretora e o governador viam no empreendimento uma evolução sociocultural maranhense. Após muitas reclamações sobre a estrutura da Biblioteca, o empenho e a perseverança dos diretores, que escreveram em seus relatórios a necessidade de se construir um local definitivo amplo e adequado para o desenvolvimento das atividades, lograram resultado.

Depois das suas inaugurações, inferimos se o governo estadual continuou a empregar os recursos necessários para manter a sede definitiva da Biblioteca Pública e, apesar de solucionar o problema, a procura por um lugar condigno, faz-se necessário prosseguir as pesquisas referentes no que se refere à sua organização, manutenção e táticas dos seus gestores em nossos dias.

Referências

A BIBLIOTECA PUBLICA ABRIRÁ SUAS PORTAS, HOJE, AO POVO. *Jornal do Povo*. São Luis, 21 de dez 1951, p. 1

A BIBLIOTECA PÚBLICA. *DIÁRIO POPULAR*. São Luís, 1951, p. 2

ÁLBUM DO MARANHÃO. Rio de Janeiro: Spala editora, 1908.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.

BENS TOMBADOS NO MARANHÃO. Secretaria da Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Pasagístico. São Luís, 1987.

BIBLIOTECA PÚBLICA. DIÁRIO OFICIAL. São Luís, 1928. p.1

BIBLIOTECA PÚBLICA. DIÁRIO OFICIAL. São Luís, 1929. p.1

BIBLIOTECA PÚBLICA. DIÁRIO OFICIAL. São Luís, 1930. p.1

BIBLIOTECA PÚBLICA. DIÁRIO OFICIAL. São Luís, 1931. p.1

BIBLIOTECA PÚBLICA. DIÁRIO OFICIAL. São Luís, 1934. p.1

BIBLIOTECA PÚBLICA. *O FEDERALISTA*. São Luís, 1904. p. 2.

BIBLIOTECA PÚBLICA: um prédio majestoso para uma finalidade nobre. Diário de São Luiz. São Luís, 31 de jan. 1951, p.1

BIBLIOTHECA PÚBLICA DO MARANHÃO. *Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado do Maranhão*: Dr. João Gualberto Torreal da Costa, pelo director da bibliotheca Pública Antônio Lobo em 10 de janeiro de 1900. Maranhão: Typ. Frias, 1900.

BIBLIOTHECA PÚBLICA DO MARANHÃO. *Relatório apresentado ao Sr. Governador do Estado do Maranhão*: Dr Luiz Antonio Domingues Da Silva, pelo director da bibliotheca Pública José Ribeiro do Amaral em 11 de janeiro de 1911. Maranhão, 1911.

BIBLIOTHECA PÚBLICA DO MARANHÃO. *Relatório da Bibliotheca do Estado do Maranhão*: apresentado ao Exm^a. Sr. Dr. Secretario do interior pelo perspectivo director Domingos de Castro Perdigão. São Luís: Imp. Official, 1915.

BIBLIOTHECA PÚBLICA DO MARANHÃO. *Relatório da Bibliotheca do Estado do Maranhão*: apresentado ao Exm^a. Sr. Dr. Secretario do interior pelo perspectivo director Domingos de Castro Perdigão. São Luís: Imp. Official, 1916.

BIBLIOTHECA PÚBLICA DO MARANHÃO. *Relatório da Bibliotheca do Estado do Maranhão*: apresentado ao Exm^a. Sr. Dr. Secretario do interior pelo perspectivo director Domingos de Castro Perdigão. São Luís: Imp. Official, 1917.

BOTELHO, Joan. *Conhecendo e debatendo a história do Maranhão*. São Luís: Fort Gráfica, 2007. 296 p.

BOTTENTUIT, Aldinar; CASTRO, César Augusto. *Movimento fundador da biblioteconomia no Maranhão*. São Luís: Imprensa Universal, 2000.

BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez. Sociedade Onze de Agosto: uma instituição de ensino popular no Maranhão Império (1870-1876). In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; MADEIRA, Maria das Graças de Loiola (Org.). *Instituições Escolares e Escolarização no Nordeste*. São Luís: EDUFMA: UFPB: Café & Lápis, 2011. p.57-80.

CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica*. Brasília: Thesaurus, 2000.

CASTRO, César Augusto; PINHEIRO, Ana Luiza Ferreira. Trajetória da Biblioteca Pública no Maranhão provincial. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.4, n.1, p.38-50, jul./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v4i1.2034>

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

ENTREGUE AO PÚBLICO, A NOVA E IMPONENTE SÉDE DA BIBLIOTECA. A Pacotilha- O Globo. São Luís, 22 de dez 1951, p.1

FERNANDES, Henrique Costa. *Administrações maranhenses: 1822-1929*. São Luís: Instituto Geia, 2003.

GOMES, Sônia de Conti. *Bibliotecas e sociedade na primeira república*. São Paulo: Pioneira, 1983.

GRANDE OBRA DE UM ADMINISTRADOR. Diário de São Luiz. São Luís, 29 de jan. 1951, p.1

HUNT, Lynn. (org.). *A nova história cultural*. Tradução Jefferson Luis Camargo, São. Paulo: Martins Fontes, 1992.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas, SP. Unicamp, 2003.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. 2 ed. São Luís: Instituto Geia, 2010.

LUZ, Joaquim Vieira da. *Dunshee de Abranches e outras figuras*. Rio de Janeiro: Oficinas gráficas do Jornal do Brasil, 1954.

MANIFESTO DA UNESCO. Biblioteca Pública, 1994.

MARANHÃO. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado: por ocasião da Sessão ordinária de 1950 pelo Governador Sebastião Archer da Silva*, 1950.

MARANHÃO. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado*: por ocasião da Sessão ordinária de 1950 pelo Governador Sebastião Archer da Silva, 1948.

MARANHÃO. *Exposição ao povo maranhense pelo Interventor Federal*: Dr. Paulo Martins de Souza Ramos, em 15 de agosto de 1938.

MARANHÃO. *Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa do Estado*: pelo Governador Sebastião Archer da Silva, 1949.

MARANHÃO. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado*: pelo Presidente do Estado Godofredo Mendes Vianna em 05 de fevereiro de 1926.

MARANHÃO. *Mensagem apresentada ao Exm. Sr. Presidente da República*: Dr. Getúlio Vargas, pelo Interventor Federal no Estado do Maranhão Cap. Antonio Martins de Almeida, 1935.

MARANHÃO. *Mensagem apresentada do Governador Sebastião Archer*: ao Senhor Presidente e demais membros da Assembleia Legislativa do Estado. São Luís, 11 de dezembro de 1950.

MARANHÃO. *Relatório apresentado ao Exm Sr. Dr. Presidente da República*: Getulio Vargas pelo Interventor Federal no Estado do Maranhão Paulo Ramos, 1939.

MARANHÃO. Secretaria do interior. *Relatorio apresentado ao Exm. Sr. Governador do Estado do Maranhão*: Cel. Antonio Bricio de Araujo pelo Secretario do Interior Dr. Demosthenes Macedo, 1918.

MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

Minidicionário Gama Kury da língua portuguesa. São Paulo: FTD, 2002.

MORAES, Jomar. *Guia de São Luís do Maranhão*. 2. ed. São Luís: Legenda, 1995. 306 p.

MORAES, Jomar. *Guia histórico da Biblioteca Benedito Leite*. São Luís: FUNC, 1973.

MORAES, Rubem Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2006. 259p.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. *O imaginário sobre a Biblioteca Pública Benedito Leite: alguns aspectos*. São Luís, 2007.

PINHEIRO, Ana Luiza Ferreira. *Caminhos e descaminhos da Biblioteca Pública da Província do Maranhão*. São Luís: [s.n.], 2004.

SANTOS, Waldemar de Souza. *Fragmentos da história do Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1982.

SERÁ ENTREGUE AO POVO, NO DIA 21, A BIBLIOTECA PUBLICA DO MARANHÃO. O Combate. São Luís, 1951

SERÁ FRANQUEADA AO PÚBLICO, AMANHÃ, A BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO. A Pacotilha- O Globo. São Luís, 20 de dez 1951, p. 1

SHARPE, Jim. A história vinda de baixo. In: BURKE, Meter. *A escrita da história*. Novas Perspectivas. Tradução Magda Lopes. Editora Unesp, 1992.

SILVA, Diana Rocha da. *Recomeço de uma história: percurso histórico e a recriação da Biblioteca Pública do Maranhão na Primeira República*. 2008. 104 f. Monografia (conclusão de curso graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. *Biblioteca como lugar de práticas culturais: uma discussão a partir dos currículos de Biblioteconomia no Brasil*. Minas Gerais: universidade federal de minas gerais, 2007. Dissertação. Escola de Ciência da Informação. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362008000200019>

SOLENIIDADE NA BIBLIOTECA PÚBLICA. A Pacotilha- O Globo. São Luis, 21 de dez 1951, p.2

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas? *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.20, n.1, p. 39-48, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/2645/3418>. Acesso em: 21 maio 2010.

VAINFAS, Ronaldo. Da história das mentalidades à história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.144-158

VIVEIROS, Jerônimo José de. *Benedito Leite: um verdadeiro republicano*. 2. ed. São Paulo: Serviço de Documentação, 1960. 340 p.